



Simulado Preparatório I para o Concurso da Polícia Civil de Minas Gerais

Cargo: Delegado de Polícia

Informações

- ✓ Tempo de Prova: 04h30
- ✓ Banca Organizadora: FUMARC
- ✓ Número de Questões: 70
- ✓ Modalidade: Múltipla Escolha

Conteúdo / Nº de Questões

- Direito Administrativo – 10
- Direito Civil – 10
- Direito Constitucional – 10
- Direito Penal – 10
- Direito Processual Penal – 10
- Direitos Humanos – 05
- Medicina Legal – 10
- Criminologia – 05

Importante

O simulado é feito com muita atenção e zelo para que ele seja fidedigno ao conteúdo normalmente exigido pela banca nos concursos anteriores.

Buscamos captar questões bem elaboradas que já foram aplicadas em concursos anteriores. Quando o conteúdo foi pouco explorado em outras provas, realizamos nossas próprias questões com base na dificuldade e padrões da banca.

Curta nossa página no [Facebook](#) para manter-se sempre atualizado sobre novos simulados.

Caso tenha dúvidas ou sugestões, queira fazer críticas ou até mesmo solicitar outros simulados, entre em contato conosco!

Motivação

O Delegado de Polícia tem o prestígio da população. A profissão possui muito “status” e engrandece o indivíduo.

Delegados chefiam delegacias e presidem os inquéritos policiais, por vezes prestam serviço operacional junto aos agentes em operações policiais.

Durante o curso de formação, você se especializará em Direito, primeiros-socorros, abordagem, aspectos da polícia judiciária e outros tópicos importantes, além de carregar aquele distintivo misterioso.

A remuneração inicial para o cargo de Delegado de Polícia Substituto, Grau A, será no valor de **R\$ 11.475,57**.



Bom Simulado!

Direito Administrativo

01. Considerando a disciplina do poder-dever de autotutela da Administração Pública, pode ser considerada integralmente correta a afirmativa:

- a) A máxima de que os atos ilegais não geram direitos oponíveis à Administração Pública persiste incólume em face dos princípios da segurança jurídica e da boa-fé.
- b) A revogação dos atos administrativos, ainda que discricionários, encontra óbice na garantia do direito adquirido.
- c) O direito da Administração Pública de invalidar seus próprios atos segue a regra geral de imprescritibilidade da lesão ao erário.
- d) Os atos ilegais não produzem efeitos válidos, portanto, sua invalidação prescinde de oportunidade de defesa, ainda que gere repercussão sobre interesses individuais.

02. Considere as seguintes afirmativas sobre o ato administrativo:

I. A finalidade do ato administrativo é definida como seu fim imediato ou seu resultado prático.

II. Competência, finalidade e forma são elementos vinculados ao ato administrativo.

III. A justificativa para a emissão da vontade expressamente indicada no ato administrativo é o que se denomina motivo.

É CORRETO afirmar que:

- a) apenas a afirmativa I é verdadeira.
- b) apenas a afirmativa II é verdadeira.
- c) apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- d) as afirmativas I, II e III são verdadeiras.

03 No que se refere aos Poderes Administrativos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O ato administrativo submete-se ao controle judicial por força do princípio da moralidade.
- b) O poder regulamentar típico permite complementar a lei e é de caráter derivado.
- c) Auto-executoriedade e coercibilidade são atributos do poder de polícia.
- d) Os atos de polícia que avultam o princípio da proporcionalidade revelam-se ilegais, sendo, portanto, passíveis de anulação pelo Poder Judiciário.

04. Analise as assertivas abaixo quanto ao tema sobre improbidade administrativa constante no artigo nono da lei 8429/92, classificando-as como Falsas (F) ou Verdadeiras (V) e após escolha a alternativa correta.

() receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

() perceber somente vantagem econômica, direta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior a o valor de mercado;

() perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente privado por preço inferior ao valor de mercado;

() utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem com o o trabalho de servidores públicos,

empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

- a) V; F; V; F.
- b) V; V; F; F.
- c) F; F; V; F.
- d) V; F; F; V.

05. Quanto à responsabilidade do servidor público relativamente aos atos por ele praticados nessa qualidade e no exercício regular de suas atividades, é de se afirmar, EXCETO:

- a) A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros; tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
- b) A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- c) A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade; a responsabilidade civil-administrativa resulta apenas de ato comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.
- d) As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si; todavia, a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que seja consequência de alegação de negativa da existência do fato ou de sua autoria.

06. Durante perseguição a um criminoso, veículo da Polícia Civil conduzido em alta velocidade colide com três automóveis particulares que trafegavam regularmente pela via pública, causando danos materiais a seus respectivos proprietários.

Na hipótese, é CORRETO afirmar:

- a) Impõe-se ao Estado o dever de indenizar com base na teoria da responsabilidade objetiva,

segundo expressa previsão do ordenamento jurídico brasileiro.

- b) Não se impõe ao Estado o dever de reparar os danos, em face da excludente de responsabilidade caracterizada pelo estrito cumprimento do dever legal.
- c) Não se impõe ao Estado o dever de indenizar, em face da excludente de responsabilidade civil representada pela imprevisibilidade e inevitabilidade do evento danoso.
- d) Responderá o Estado pelo dever de indenizar os danos com base na teoria da culpa subjetiva, ou seja, desde que demonstrado que a operação policial ou, especificamente, as colisões tenham sido dolosas ou culposas.

07. Assinale a afirmativa INCORRETA, considerando os princípios que regem a Administração Pública:

- a) O princípio da legalidade determina que a Administração Pública só poderá fazer o que a lei permite, distinguindo, por isso, do princípio da autonomia da vontade.
- b) O princípio da impessoalidade deve ser aplicado para os administrados e à própria Administração.
- c) Através do princípio da autotutela, a Administração exerce controle sobre os atos de outra pessoa jurídica por ela mesma instituída.
- d) O princípio da eficiência versa sobre o modo de atuação do agente público bem como o modo de organização da Administração Pública.

08. Acerca do controle jurisdicional dos atos da Administração Pública, é INCORRETO afirmar que

- a) o abuso de poder e o desvio de finalidade podem sujeitar o ato administrativo a controle jurisdicional por meio de ações individuais ou coletivas, conforme os pressupostos de cada uma.
- b) o ato administrativo que imponha punição disciplinar pode ser sujeito a controle

jurisdicional se for emitido por autoridade incompetente.

c) os atos administrativos vinculados são, em regra, sujeitos a controle jurisdicional.

d) qualquer ato praticado pelo chefe da Administração Pública pode ser sujeito a controle jurisdicional, ainda que expresse no seu mérito decisão discricionária.

09. De acordo com a Lei no 12.016/2009 (Mandado de Segurança),

a) cabem, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes e a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, sem prejuízo da aplicação de sanções no caso de litigância de má-fé.

b) o direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

c) ao despachar a inicial, o juiz ordenará que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, preste as informações.

d) o ingresso de litisconsorte ativo será admitido mesmo após o despacho da petição inicial.

10. De acordo com os termos da Lei nº 13.303 de 30/06/2016, ocorrerá a dispensa de licitação para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento de suas finalidades precípuas, quando as necessidades de instalação e localização condicionarem a escolha do imóvel, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo

a) indicação do vendedor

b) tabela de preços oficial

c) critérios definidos pelo Conselho de Engenharia

d) avaliação prévia

Direito Civil

11. São fontes do Direito:

a) a ética, a moral, a religião, a lei e a analogia.

b) a lei, a jurisprudência, a sanção, a coação e a coerção.

c) a política, os costumes, os fatos, os atos normativos e administrativos.

d) a lei, os costumes, a analogia, a doutrina e a jurisprudência.

12. Conforme disciplina normativa do Código Civil brasileiro, NÃO são bens públicos:

a) Os dominicais, ainda que alienáveis.

b) Os de uso especial destinados a autarquias.

c) Os terrenos destinados a serviços da administração territorial ou municipal.

d) Os bens sujeitos a usucapião.

13. O negócio jurídico simulado gera todos os efeitos abaixo elencados, EXCETO o que está previsto na alternativa:

a) O negócio jurídico simulado é nulo, mas preservam-se em face dos contraentes do negócio os direitos de terceiros de boa-fé.

b) O vício do negócio jurídico, se não alegado pelo terceiro interessado, convalida pelo decurso do tempo.

c) A nulidade do negócio jurídico simulado pode ser alegada por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir.

d) A nulidade deve ser pronunciada pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos, não lhe sendo permitido supri-la.

14. A posse, segundo a mais relevante doutrina, em suma, nada mais é do que a exteriorização do direito de propriedade. Sobre o instituto em referência, é correto afirmar que

a) a truculência contra a coisa com o escopo de aquisição da posse torna-a violenta.

- b) é expressamente vedada em nossa legislação a aquisição da posse por meio de terceiro que não ostente instrumento de mandato.
- c) admite a legislação o uso do desforço imediato em caso de turbação e de defesa da posse em caso de esbulho.
- d) para efeitos de aquisição da propriedade por prescrição aquisitiva, a posse exercida com animus domini pelo sucessor soma-se à do antecessor.

15. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) É absoluto o impedimento relativo ao casamento dos colaterais até o terceiro grau inclusive.
- b) É nulo o casamento contraído pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil.
- c) A gravidez por inseminação artificial antecedente supre o defeito de idade núbil para o casamento.
- d) O Ministério Público pode promover a anulação do casamento por incompetência da autoridade celebrante.

16. Sobre as testamento, responda:

I. Por meio de testamento é possível instituir legado de usufruto em favor de pessoa indicada pelo testador.

II. No caso de instituição de legado de usufruto sem fixação de tempo, entende-se deixado ao legatário por toda a sua vida.

III. Se o legado for de coisa que se determine pelo gênero, será o mesmo cumprido, ainda que tal coisa não exista entre os bens deixados pelo testador.

IV. As despesas e os riscos da entrega do legado correm à conta do legatário, se não dispuser diversamente o testador.

Assinale a correta:

- a) Todas as assertivas são verdadeiras.
- b) Apenas as assertivas I, II e III são verdadeiras.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV são verdadeiras.
- d) Apenas as assertivas I, II e IV são verdadeiras.

17. São crimes contra as relações de consumo previstas na Lei nº 8.078/1990, EXCETO:

- a) Deixar de comunicar à autoridade competente e aos consumidores a nocividade de produtos cujo conhecimento seja posterior à sua colocação no mercado.
- b) Executar serviço de alto grau de periculosidade, contrariando determinação de autoridade competente.
- c) Empregar, na reparação de produtos, componentes de reposição usados, com autorização do consumidor.
- d) Fazer publicidade que sabe ser capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial a sua segurança.

18. É direito do idoso, conforme a Lei nº 10.741/2003,

- a) obter desconto de até 50% nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.
- b) a gratuidade em qualquer transporte coletivo público urbano, semiurbano e interestadual.
- c) ter um acompanhante quando estiver internado ou em observação, independentemente de justificação médica
- d) obter do Poder Público, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como pró-teses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

19. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, podemos afirmar, exceto:

a) Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

b) É dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência.

c) A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas.

d) O processo de habilitação e de reabilitação é um dever da pessoa com deficiência.

20. A capacidade de fato

a) não se apura exclusivamente com base no critério etário.

b) da pessoa natural inicia-se com o nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

c) da pessoa moral inicia-se com o nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

d) é relativa entre os dezesseis e vinte e um anos de idade e absoluta a partir de então.

Direito Constitucional

21. Considere as assertivas a seguir:

I. Quanto à forma de elaboração, a Constituição dita dogmática decorre de um longo processo de construção de ideias e de evolução de valores, tendo por fundamento as tradições de determinada sociedade.

II. Pelo princípio da concordância prática (ou harmonização), que se contrapõe à ideia de unidade constitucional, tem-se que, em eventual conflito na proteção de bens jurídicos diversos tutelados pela Constituição, deve-se sempre optar por sacrificar, em sua dimensão prática, aquele

com foco apenas na tutela individual em favor de outro com alcance e dimensão coletivos.

III. O método hermenêutico-concretizador de interpretação constitucional caracteriza-se pela praticidade na busca da solução dos problemas, na medida em que considera a Constituição como uma lei comum, em que a solução exegética prioriza elementos objetivos de interpretação e se opera a partir do caso concreto em subsunção ao texto positivado.

IV. No processo de controle de constitucionalidade, a legislação de regência assegura ao amicus curiae legitimidade para interpor recurso nas mesmas hipóteses facultadas ao proponente da ação.

Em relação às assertivas acima:

a) Todas estão corretas.

b) Todas estão incorretas.

c) Apenas uma delas está correta.

d) Duas delas estão corretas.

22. Tendo como referência as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) a respeito da defesa do estado e das instituições democráticas, em especial a respeito das recentes alterações no regramento constitucional da segurança pública, assinale a opção correta.

a) Para o Supremo Tribunal Federal (STF), é constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício do poder de polícia de trânsito, inclusive no que se refere à imposição de sanções administrativas legalmente previstas.

b) Os municípios podem constituir guardas municipais destinadas à proteção de bens, serviços e instalações públicas em geral.

c) A partir da Emenda Constitucional n.º 82/2014, a atividade de segurança viária passa a integrar expressamente o texto da CF, com

vistas à preservação da ordem social e da incolumidade patrimonial nas vias urbanas.

d) Nos termos da CF, tanto no âmbito da União quanto no dos demais entes federados, a segurança viária compete aos respectivos órgãos e seus agentes de trânsito, estruturados em carreira, na forma da lei.

23. Assinale a alternativa que está incorreta:

a) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

b) São Poderes da União, independentes e sucessivos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Conselho Nacional de Justiça.

c) A soberania e o pluralismo político são fundamentos da República Federativa do Brasil.

d) É objetivo fundamental da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento nacional.

24. A iniciativa de proposta orçamentária, dentro dos limites da lei de diretrizes orçamentárias, é assegurada pela CF

a) à Defensoria Pública e à Advocacia Pública.

b) ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública.

c) ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

d) ao Ministério Público e à Advocacia Pública.

25. Considerando os dispositivos constitucionais a respeito dos órgãos do Poder Judiciário, da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Defensoria Pública, assinale a opção correta.

a) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, devendo o número de defensores públicos na unidade jurisdicional ser proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população.

b) Na AGU, instituição que representa a União, judicial e extrajudicialmente, o ingresso na

carreira se dá mediante concurso público de provas e títulos, devendo a OAB participar obrigatoriamente em todas as suas fases.

c) Tanto a Defensoria Pública da União como as dos estados e do DF devem ser organizadas por lei complementar, devendo o ingresso no cargo de defensor público dar-se mediante concurso público de provas e títulos.

d) Os vinte e sete ministros que compõem o Tribunal Superior do Trabalho (TST) devem ser brasileiros natos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, e sua escolha depende de nomeação pelo presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

26. Ao Congresso Nacional a Constituição Federal atribui competências específicas para dispor ou atuar em determinadas matérias. Em alguns casos, no entanto, haverá a necessidade de sanção pelo Presidente da República. É competência do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República

a) autorizar o estado de sítio.

b) dispor sobre a concessão de anistia.

c) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal.

d) escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.

27. Determinado estado da Federação incluiu, por meio de emenda constitucional, dispositivo na sua Constituição prevendo que, na análise das licitações estaduais, serão considerados, para a averiguação da proposta mais vantajosa, entre outros itens, os valores relativos aos impostos pagos à fazenda pública do estado.

Conforme a jurisprudência do STF, caso seja ajuizada ação direta de inconstitucionalidade contra a referida emenda, o STF deverá

a) extinguir a ação sem resolução de mérito porque não cabe perante o STF controle de constitucionalidade em face de emenda constitucional estadual.

b) pronunciar-se pela procedência da ação porque as constituições analíticas não podem conter matéria alheia a tema inerente ao direito constitucional.

c) arquivar a ação porque não cabe controle de constitucionalidade em face de emenda constitucional.

d) julgar a emenda inconstitucional por afrontar o princípio da isonomia.

28. Caio, nascido na Itália, filho de mãe brasileira e pai italiano, veio residir no Brasil aos dezesseis anos de idade. Quando atingiu a maioridade, Caio optou pela nacionalidade brasileira.

A partir das informações dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) Caio poderá ser extraditado se tiver praticado delito comum antes de sua opção pela nacionalidade brasileira, embora seja brasileiro nato.

b) O fato de Caio ser brasileiro nato impede a sua extradição, em qualquer hipótese.

c) Caio poderá vir a ser extraditado pela prática de delito hediondo ou tráfico ilícito de entorpecentes posterior à naturalização, em razão de sua naturalização ser secundária.

d) Se Caio tiver praticado delito comum no exterior, antes de sua naturalização, ele poderá ser extraditado, pois não é brasileiro nato.

29. Considerando-se que o exercício da cidadania deve basear-se na adoção da conduta que de melhor forma promova o bem comum, estará exercitando sua cidadania a pessoa que

a) conduzir seu carro na cidade, por motivos familiares, nos dias em que, em razão de rodízio, estiver proibida de fazê-lo.

b) lavar as calçadas da vizinhança, utilizando água encanada, durante período de racionamento.

c) cuidar, habitualmente, da conservação da área de lazer e esportes de seu bairro, bem como de parques e jardins públicos.

d) votar em candidato que prometa realizar, em troca do voto, reparos no asfalto da rua onde ela reside.

30. Sobre as regras aplicáveis ao regime de previdência dos servidores públicos, segundo a Constituição do Estado de Minas Gerais, analise as seguintes afirmativas:

I. Aos servidores titulares de cargos públicos do Estado, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime próprio de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do Estado, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

II. É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria pelos regimes de previdência, ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma prevista na Constituição.

III. Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão, desde que não ultrapassem o teto legal.

IV. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social

São VERDADEIRAS apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e IV.
- d) III e IV.

Direito Penal

31. “João da Silva atira contra ‘X’ no dia 29/5, tendo ‘X’ falecido 20 dias depois.” Sobre o tempo do crime, o Código Penal adota a teoria:

- a) Ubiquidade.
- b) Da atividade.
- c) Do resultado.
- d) Ambivalência.

32. No direito brasileiro, adota-se, no âmbito espacial, como regra, o princípio da territorialidade. Dada, porém, a relevância de certos bens, protege-os o direito até mesmo contra crimes praticados inteiramente fora do Brasil, em respeito a certos princípios. É o que chama a doutrina de aplicação extraterritorial condicionada ou incondicionada, conforme o caso, da lei penal brasileira.

A esse respeito, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A lei brasileira é aplicável, por força do princípio da justiça cosmopolita, ao crime contra a dignidade sexual de criança praticado no estrangeiro, quando o agente ou vítima for brasileiro ou pessoa domiciliada no Brasil, falando a doutrina, nesse caso, de aplicação extraterritorial incondicionada.
- b) A lei brasileira é aplicável, por força do princípio da personalidade, ao crime praticado no estrangeiro por brasileiro, falando a doutrina, nesse caso, de extraterritorialidade condicionada.
- c) A lei brasileira é aplicável, por força do princípio da proteção, ao crime praticado no estrangeiro contra a Administração Pública por

quem está a seu serviço, falando a doutrina, nesse caso, de aplicação extraterritorial incondicionada.

d) A lei brasileira é aplicável, por força do princípio do pavilhão, ao crime praticado a bordo de embarcação mercante brasileira, quando em território estrangeiro e aí não seja julgado, falando a doutrina, nesse caso, de aplicação extraterritorial condicionada.

33. Majoritariamente entende-se que, de acordo com o conceito analítico, crime é um:

- a) Fato típico e antijurídico.
- b) Fato antijurídico e culpável.
- c) Fato típico, antijurídico e culpável.
- d) Fato típico, antijurídico, culpável e punível.

34. De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta:

- a) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, ainda que elementares do crime.
- b) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como quando se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- c) A extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não se estende a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
- d) Tratando-se de Medida de Segurança, a fixação do período de internação ou tratamento ambulatorial não comportará tempo determinado, perdurando enquanto não for averiguada, mediante perícia médica, a cessação de periculosidade. O prazo mínimo, contudo, deverá ser de 1 (um) a 3 (três) anos.

35. No caso de semi-imputabilidade, pode o magistrado, ao reconhecê-la, reduzir a pena de um a dois terços ou substituí-la por

medida de segurança. Trata-se de aplicação do sistema

- a) vicariante.
- b) psicológico.
- c) do duplo trilho.
- d) do duplo binário.

36. É certo afirmar:

I. No concurso de pessoas as circunstâncias e as condições de caráter pessoal nunca se comunicam.

II. Tipicidade conglobante é a comprovação de que a conduta legalmente típica está também proibida pela norma, o que se obtém desentranhando o alcance da norma proibitiva, conglobada com as restantes normas da ordem normativa.

III. O sujeito ativo, geralmente, pode ser qualquer um, mas em certos tipos são exigidas características especiais no sujeito passivo. Quando qualquer um pode ser sujeito ativo, os tipos costumam enunciar “o que” ou “quem”.

IV. O erro de tipo não afasta o dolo.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.

37. A respeito da detração penal, analise as seguintes assertivas:

I. O tempo de prisão provisória, de prisão administrativa ou de internação, no Brasil ou no estrangeiro, será computado para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade.

II. Admite-se atualmente, tanto na jurisprudência quanto na doutrina, a detração por prisão ocorrida em outro processo, desde que o crime pelo qual o sentenciado cumpre pena tenha sido praticado anteriormente a seu encarceramento, numa espécie de fungibilidade da prisão.

III. À luz do disposto no artigo 42 do CP e artigo 111 da Lei de Execução Penal, somente se admite a detração de prisão processual ordenada em outro processo em que absolvido o sentenciado ou declarada tenha sido a extinção da sua punibilidade, quando a data do cometimento do crime de que trata a execução seja posterior ao período pleiteado.

IV. Computa-se, igualmente, o tempo indevidamente cumprido, relativo à condenação por crime posterior, invalidado em decisão judicial recorrível, em favor do réu, como meio de compensar o período de encarceramento decorrente de delito pelo qual restou absolvido.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) III e IV.
- b) I e II.
- c) I, III e IV.
- d) II e III.

38. No dia 22.03.2018, às 23:00 horas, João B. arrebatou de sua residência a jovem Cristina D., de 18 anos de idade, levando-a para um imóvel rural afastado da cidade e onde a manteve enclausurada. No dia seguinte, logo ao amanhecer, João B. efetuou ligação telefônica para os pais da menina, ocasião em que exigiu a quantia de R\$ 100.000,00 como condição para entregá-la viva, advertindo, outrossim, que a matariam caso a polícia fosse comunicada. Ficou ajustado um encontro no período da tarde, em lugar ermo, para entrega do dinheiro, o que deveria ser

feito direta e pessoalmente por Sinésio D., pai da garota. O encontro, então, foi concretizado. Entretanto, no momento do repasse da quantia, houve discussão entre João B. e Sinésio D. Em meio ao debate, João B. disparou um tiro que atingiu Sinésio D. no peito, causando-lhe a morte. João B. fugiu com o dinheiro. Por volta de 17:00 horas do mesmo dia, Cristina B. foi encontrada por policiais e levada de volta para casa.

Avalie a situação e assinale a alternativa CORRETA no que se refere à adequação típica:

- a) João responderá por roubo agravado pela restrição de liberdade em concurso com homicídio qualificado.
- b) João responderá por extorsão mediante sequestro qualificada pela morte.
- c) João responderá por cárcere privado em concurso com homicídio qualificado.
- d) João responderá por extorsão mediante sequestro em concurso com homicídio qualificado.

39. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- b) O Direito Penal brasileiro adotou a teoria limitada da culpabilidade, que trata o erro sobre os pressupostos fáticos de uma justificante como erro de proibição indireto.
- c) A desistência voluntária e o arrependimento eficaz são incompatíveis com os crimes culposos, sendo, contudo, admitidos na culpa imprópria.
- d) O agente que dispara um tiro contra outrem, mas que, arrependido, leva a vítima para o hospital, vindo ela a falecer em decorrência de uma infecção hospitalar, responde por homicídio consumado.

40. Leia o caso a seguir.

G. C. e V. P., peritos devidamente nomeados em um determinado processo penal, foram procurados pelo Acusado, que lhes ofereceu mil reais em espécie para que fizessem afirmação falsa no Laudo Pericial, beneficiando-o. O Laudo Pericial foi assinado por G. C. e V. P. e entregue ao Juízo. O juiz, percebendo a traquinagem, intimou os peritos a respeito. Eles negaram o ato inquinado. A falsidade ficou comprovada durante o processo. Imediatamente, após trânsito em julgado, cópia dos autos foi remetida à Polícia Civil. Acompanhados por seus advogados, G. C. e V. P. confessaram ao Delegado de Polícia Civil a referida falsidade e o suborno recebido.

Conforme o direito penal brasileiro, as condutas de G. C. e V. P. configuram, em tese, o crime de

- a) corrupção passiva simples, pois o suborno é elementar do tipo penal.
- b) falso testemunho ou falsa perícia circunstanciada em razão do suborno recebido.
- c) falso testemunho ou falsa perícia simples, pois o suborno é elementar do tipo penal.
- d) corrupção passiva circunstanciada em razão do suborno recebido.

Direito Processual Penal

41. Assinale a alternativa correta.

- a) A legislação brasileira adota expressamente o sistema acusatório, em razão de não prever a investigação criminal realizada por magistrados.
- b) A legislação brasileira adota expressamente o sistema acusatório, em razão de prever a possibilidade tribunais populares exercerem a jurisdição criminal nos crimes contra a vida.
- c) A legislação brasileira adota expressamente o sistema inquisitivo, em razão de prever a investigação criminal realizada por magistrados.

d) A legislação brasileira não adota expressamente qualquer sistema processual penal.

42. A disposição constitucional que assegura ao preso o direito ao silêncio consubstancia o princípio da

- a) inexigibilidade de autoincriminação.
- b) verdade real.
- c) indisponibilidade.
- d) oralidade.

43. Em relação ao tratamento que o Código de Processo Penal dá ao inquérito policial, considere as afirmativas a seguir.

I. É imprescindível ao oferecimento da denúncia.

II. A Autoridade Policial pode determinar o seu arquivamento.

III. Arquivado o inquérito pela Autoridade Judiciária, a Autoridade Policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

IV. Se o Promotor promover o arquivamento do inquérito policial, mas o juiz discordar de suas razões, deverá encaminhar os autos ao Procurador Geral e se este insistir no arquivamento, o Juiz ficará obrigado a acatar.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.

44. O inquérito policial instaurado por delegado de polícia para investigar determinado crime

a) não poderá ser avocado, nem mesmo por superior hierárquico.

b) poderá ser avocado por superior hierárquico somente no caso de não cumprimento de algum procedimento regulamentar da corporação.

c) poderá ser redistribuído por superior hierárquico, devido a motivo de interesse público.

d) poderá ser avocado por superior hierárquico, independentemente de fundamentação em despacho.

45. Sobre Ação Penal Privada, analise as afirmativas a seguir.

I. Apesar de não existir vedação expressa no Código Penal, não é admitida ação privada subsidiária em crimes praticados mediante violência ou grave ameaça.

II. É condição para o exercício da ação penal a representação do ofendido no caso de crimes em que a ação penal é de iniciativa privada.

III. Não se admite a ação privada subsidiária em caso de arquivamento do inquérito policial.

IV. Na ação penal privada subsidiária da pública, no caso de negligência do querelante, pode o Ministério Público retomar a ação como parte principal.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.

46. J.J., em processo decorrente de crime contra a honra em que o querelante está sujeito à competência por prerrogativa de foro, deverá ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do Código de Processo Penal, quando for oposta e admitida a:

- a) Exceção de Incompetência
- b) Exceção de Verdade
- c) Exceção de Suspeição
- d) Exceção de Impedimento

47. Examine as alternativas abaixo, referentes à prova, assinalando a CORRETA:

- a) Por força do princípio da comunhão da prova, a parte, para desistir da inquirição da testemunha que haja arrolado, deverá obter a aquiescência da parte contrária.
- b) As pessoas proibidas de depor em razão do dever de guardar segredo, se dispensadas pela parte a quem isso interesse, estarão obrigadas a fazê-lo.
- c) Embora não permita a lei interceptação de comunicações telefônicas para a investigação de crimes punidos com detenção, os tribunais superiores admitem, com base na teoria do encontro fortuito, que aquela legitimamente deferida seja empregada para subsidiar ação penal em crimes sujeitos a tal pena.
- d) Ao Presidente e Vice-presidente da República, presidentes da Câmara dos Deputados e Senado Federal e aos Ministros do Supremo Tribunal Federal se permite, na condição de testemunhas, prestar depoimento por escrito.

48. Em relação ao tema Citação no Direito Processual Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.
- b) O processo terá completada a sua formação quando realizada a citação do acusado.
- c) Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, na forma estabelecida no Código de Processo Civil.
- d) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficará suspenso o processo, correndo o prazo

prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva.

49. Nos termos do art. 69, parágrafo único, da Lei no 9.099/95, ao autor do fato típico definido como crime de menor potencial ofensivo, após a lavratura do termo circunstanciado, caso se comprometa a comparecer junto ao Juizado Especial Criminal, não se imporá prisão em flagrante,

- a) desde que primário.
- b) desde que imediatamente restitua o prejuízo da vítima.
- c) a menos que se trate de reincidente específico.
- d) nem se exigirá fiança.

50. Sobre a Lei nº 12.830/2013, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia, assinale a alternativa correta:

- a) As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza jurídica e essenciais, porém, não exclusivas de Estado.
- b) Ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal somente por meio de inquérito policial, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais.
- c) A remoção do delegado de polícia dar-se-á somente por ato fundamentado.
- d) Durante a investigação criminal, cabe ao delegado de polícia representar ao juiz para a realização de perícias, obtenção de informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos.

Direitos Humanos

51. A ação constitucional que tem o cidadão como legitimado ativo e que objetiva defender interesse difuso para anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural denomina-se

- a) mandado de segurança.
- b) habeas data.
- c) habeas corpus.
- d) ação popular.

52. A assertiva que contém informação integralmente correta acerca da ação constitucional de mandado de segurança é:

- a) A competência para julgamento da ação de mandado de segurança é definida conforme o domicílio do impetrante.
- b) A figura da autoridade coatora alcança pessoas físicas que atuem no exercício de atribuições do poder público, ainda que não possuam vínculo de pertencimento organizacional com órgão ou pessoa da Administração Pública.
- c) Órgãos despersonalizados não podem figurar como legitimados ativos em mandados de segurança, ainda que possuam capacidade processual.
- d) Os administradores de pessoas jurídicas de direito privado da Administração Pública são considerados autoridades coatoras, independentemente da natureza dos atos que pratiquem.

53. Uma das razões para se educar em direitos humanos é

- a) reconhecer a importância da ONU no debate pelos direitos humanos.
- b) implementar os objetivos do Plano Setorial em Direitos Humanos.
- c) reconhecer os direitos humanos na sociedade do conhecimento.

d) formar para o exercício da cidadania e para a participação na democratização da sociedade.

54. “A educação e a cultura em Direitos Humanos visam à formação de nova mentalidade coletiva para o exercício da solidariedade, do respeito às diversidades e da tolerância. Seu objetivo é combater o preconceito, a discriminação e a violência, promovendo a adoção de novos valores de liberdade, justiça e igualdade. Como canal estratégico capaz de produzir uma sociedade igualitária, extrapola o direito à educação permanente e de qualidade. Trata-se de mecanismo que articula conhecimentos, cultura, consciência cidadã, processos metodológicos e o fortalecimento de políticas, dentre outros elementos”. (PNDH – 3 – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010). A este respeito, é correto afirmar que:

- a) O Programa Nacional de Direitos Humanos-3 propõe exclusão da temática de Educação em Direitos Humanos nos programas de capacitação de lideranças comunitárias e nos programas de qualificação profissional, alfabetização de jovens e adultos, incluindo, prioritariamente, na educação de crianças e adolescentes.
- b) A Educação em Direitos Humanos volta-se, especialmente, para o estabelecimento de diálogo e parcerias temporárias com o vasto leque brasileiro de movimentos populares, sindicatos, igrejas, ONGs, clubes, entidades empresariais e toda sorte de agrupamentos da sociedade civil que desenvolvem atividades formativas em seu cotidiano.
- c) Os meios de comunicação de massa têm papel estratégico no sentido de construir ou desconstruir um ambiente nacional e uma cultura social de respeito e proteção aos Direitos Humanos. Daí a importância primordial de introduzir mudanças que assegurem ampla

democratização desses meios, bem como de atuar permanentemente junto a todos os profissionais e empresas do setor.

d) São fundamentais para consolidar o Estado Democrático e a proteção do direito à vida e à dignidade, a formação em todo o serviço público, especialmente entre os agentes do sistema de Justiça e segurança privada, abordando os recortes de gênero, relações étnico-raciais e de orientação sexual.

55. É correto afirmar sobre direitos humanos:

- a) De alcance geral, devem ser aplicados de forma igual e sem discriminação.
- b) São direitos limitados a determinadas pessoas e grupos sociais.
- c) Tratam-se de direitos divisíveis a parcela a sociedade, como forma de autoproteção social.
- d) A sua natureza indivisível, inalienável e irrenunciável permite, a qualquer tempo, que o seu beneficiário o renuncie quando violado.

Medicina Legal

56. Um local de morte, como a própria designação esclarece, é definido como o sítio onde ocorreu a extinção de uma pessoa. Assim, para a elucidação dos fatos que culminaram no evento morte, o perito criminal deve realizar um minucioso levantamento dos vestígios, das posições dos objetos, do cadáver e do próprio ambiente. Em um local de morte por arma de fogo, por exemplo, o ambiente é vasculhado em toda a sua amplitude, fotografando-se os pontos de impactos de projéteis, se houver. Determina-se, também, a distância, a origem e a direção do disparo, estabelecendo-se, desse modo, a provável trajetória. Em seguida, examina-se o cadáver à procura dos ferimentos, os orifícios de entrada e de saída do projétil, e suas localizações.

Por fim, examinam-se os próprios projéteis e estojos encontrados no local, com o escopo

de se fazer a identificação mediata da arma (microcomparação balística) que causou a lesão, caso nenhuma seja encontrada. Destarte, todos os procedimentos descritos anteriormente para o local de morte por arma de fogo, entendidos como uma diligência processual penal veiculada através do instrumento conhecido como laudo de local, visam determinar a causa jurídica da morte; ou seja, estabelecer a diagnose diferencial entre homicídio, suicídio e acidente.

Baseando-se nos dados citados, podemos classificar os ferimentos produzidos pelo projétil disparado por uma arma de fogo como:

- a) Perfurocortantes.
- b) Perfurocontundentes.
- c) Cortantes.
- d) Cortocontundentes.

57. Entende-se como perito:

- a) pessoa entendida e experimentada em determinados assuntos
- b) a pessoa nomeada pelo juiz ou aprovada em concurso público, excluindo-se os assistentes técnicos.
- c) somente o designado pelo Juiz para esclarecer à justiça assuntos de natureza técnica
- d) Somente o médico legista.

58. Um bom método de identificação deve atender a quatro características ou exigências: duas de caráter biológico e duas de caráter técnico. Assim, aponte dentre as opções abaixo, aquela que apresenta as quatro características corretas.

- a) Unicidade, imutabilidade, classificabilidade e praticabilidade
- b) Visibilidade, praticabilidade, variabilidade e classificabilidade
- c) Unicidade, variabilidade, imutabilidade e praticabilidade

d) Unicidade, imutabilidade, classificabilidade e variabilidade

59. Sobre a perícia médico-legal nos casos de envenenamento, é correto afirmar que:

- a) Livores hipostáticos podem indicar envenenamento por monóxido de carbono se apresentarem tonalidade violácea.
- b) O exame interno das cavidades tem pouca importância, limitando-se à coleta de tecidos para perícia laboratorial.
- c) A estricnina e seus análogos causam uma antecipação da rigidez muscular.
- d) A coleta de sangue extravasado para as cavidades abdominal ou torácica deve ser preferida para realização de perícia toxicológica.

60. O Laudo Pericial deverá ser entregue em um prazo de:

- a) 30 dias, impreterivelmente.
- b) 10 dias, prorrogável por mais 10 por requerimento do Delegado.
- c) 10 dias, prorrogável por requerimento do Juiz.
- d) 10 dias, prorrogável por requerimento do Perito.

61. A traumatologia forense constitui um campo da medicina legal que se ocupa das implicações jurídicas dos traumatismos ou lesões em geral. Nesse aspecto, é correto afirmar:

- a) os instrumentos perfurocontundentes produzem lesões por pressão intensa nos tecidos, em geral, com perfuração e secção. As lesões apresentam fundo irregular, com integridade de vasos e nervos no fundo da lesão.
- b) os instrumentos contundentes podem produzir uma grande diversidade de lesões: escoriação, equimose, hematoma, ferida contusa, fratura, rotura de vísceras ocas, entre outras.
- c) as características do orifício de saída produzidas por arma de fogo são: forma

irregular, halo de enxugo, aréola equimótica e menos sangrantes que o orifício de entrada.

d) as lesões por agentes perfurantes comumente estão relacionadas com ação suicida ou acidental, raramente sendo consequência de ação homicida.

62. Assinale a alternativa que contém um exemplo de fenômeno cadavérico abiótico consecutivo.

- a) Saponificação
- b) Putrefação
- c) Rigidez cadavérica
- d) Autólise

63. A respeito da perícia médico-legal em crimes contra a dignidade sexual, assinale a alternativa correta.

- a) Conjunção carnal é a introdução completa ou incompleta do pênis na cavidade vaginal ou no ânus, ocorrendo ou não ejaculação.
- b) A constatação de esperma na cavidade vaginal é de muita importância na comprovação da conjunção carnal e pode auxiliar na identificação do agressor.
- c) Ruptura himenal recente é conclusiva com relação à ocorrência de estupro.
- d) Não é possível encontrar integridade himenal em mulher com vida sexual iniciada.

64. Uma pessoa vai até a Delegacia de Polícia relatar que um indivíduo do sexo masculino reiteradamente é visto à noite, num cemitério, praticando atos sexuais com cadáveres femininos retirados dos túmulos. Com base nas informações acima, pode-se afirmar que se está diante de um caso de:

- a) necrofilia.
- b) anafrodisia.
- c) autoerotismo
- d) sadismo.

65. Em relação à embriaguez, é correto afirmar que

- a) o álcool é um estimulante do Sistema Nervoso Central, visto a fase de euforia que ocorre nas etapas iniciais da intoxicação.
- b) a mortalidade e a morbidade por consumo de álcool não são relevantes em números absolutos, embora o alcoolismo possa atingir um percentual aproximado de 10% da população.
- c) os elementos de uma avaliação que levem ao diagnóstico de presunção de embriaguez são suficientes para elaborar e concluir o laudo pericial.
- d) o diagnóstico de embriaguez alcoólica deve ser preferencialmente clínico.

Criminologia

66. Considerando o estudo da Criminologia, assinale a alternativa correta.

- a) Giovanni Falcone foi o primeiro nome do estudo da Criminologia Crítica no Brasil.
- b) Cifra negra refere-se à falta de diversidade da literatura criminal.
- c) A Escola Clássica nasceu na Suíça, no final do séc. XX.
- d) Raffaele Garofalo está ligado à Escola Criminal Positiva.

67. Os objetos de estudo da moderna criminologia estão divididos em

- a) três vertentes: justiça criminal, delinquente e vítima.
- b) quatro vertentes: delito, delinquente, vítima e controle social.
- c) três vertentes: política criminal, delito e delinquente.
- d) três vertentes: política criminal, delinquente e pena.

68. São fins básicos da Criminologia, dentre outros,

- a) os valores do ressarcimento e da indenização da vítima pelos danos sofridos.

- b) a prevenção e o controle do fenômeno criminal.
- c) o processo e o julgamento judicial do criminoso.
- d) o diagnóstico e a profilaxia das enfermidades mentais, mediante tratamento ambulatorial e internação hospitalar.

69. Acerca dos modelos teóricos explicativos do crime, oriundos das teorias específicas que, na evolução da história, buscaram entender o comportamento humano propulsor do crime, assinale a opção correta.

- a) O modelo positivista analisa os fatores criminológicos sob a concepção do delinquente como indivíduo racional e livre, que opta pelo crime em virtude de decisão baseada em critérios subjetivos.
- b) O objeto de estudo da criminologia é a culpabilidade, considerada em sentido amplo; já o direito penal se importa com a periculosidade na pesquisa etiológica do crime.
- c) A criminologia clássica atribui o comportamento criminal a fatores biológicos, psicológicos e sociais como determinantes desse comportamento, com paradigma etiológico na análise causal-explicativa do delito.
- d) Entre os modelos teóricos explicativos da criminologia, o conceito definitorial de delito afirma que, segundo a teoria do labeling approach, o delito carece de consistência material, sendo um processo de reação social, arbitrário e discriminatório de seleção do comportamento desviado.

70. As condições de vida no cárcere devem ser necessariamente piores do que as condições de vida dos trabalhadores livres. O princípio correspondente à assertiva é

- a) profecia autorrealizável.
- b) mark system.
- c) panoptismo.
- d) less eligibility.

Gabarito I

01	B	21	B	41	D	61	B
02	B	22	A	42	A	62	C
03	A	23	B	43	D	63	B
04	D	24	C	44	C	64	A
05	C	25	A	45	D	65	D
06	A	26	B	46	B	66	D
07	C	27	D	47	C	67	B
08	D	28	B	48	D	68	B
09	B	29	C	49	D	69	D
10	D	30	C	50	C	70	D
11	D	31	B	51	D	71	X
12	D	32	A	52	B	72	X
13	B	33	C	53	D	73	X
14	D	34	D	54	C	74	X
15	C	35	A	55	A	75	X
16	A	36	B	56	B	76	X
17	C	37	B	57	A	77	X
18	D	38	D	58	A	78	X
19	D	39	B	59	C	79	X
20	A	40	B	60	D	80	X



SIMULADOSBR

ESTUDE COM A GENTE!